

Gás Natural

*Por Daniel Lamassa**

A) PRODUÇÃO E IMPORTAÇÃO

No mês de abril/2019, a produção bruta de gás natural foi de 112,9 MMm³/dia. Esse volume foi 1,3% maior do que o mês de março/2019 e 3,8% superior ao mesmo mês do ano anterior (abril/2018). No mês de abril/2019, 99,9% da produção nacional ficou concentrada em dez concessionárias, sendo a Petrobras responsável por 78% do total. Entre os dez maiores campos de produção de gás natural no Brasil, que juntos representaram 77% da produção nacional neste mês de análise, apenas um é de gás não associado – Mexilhão.

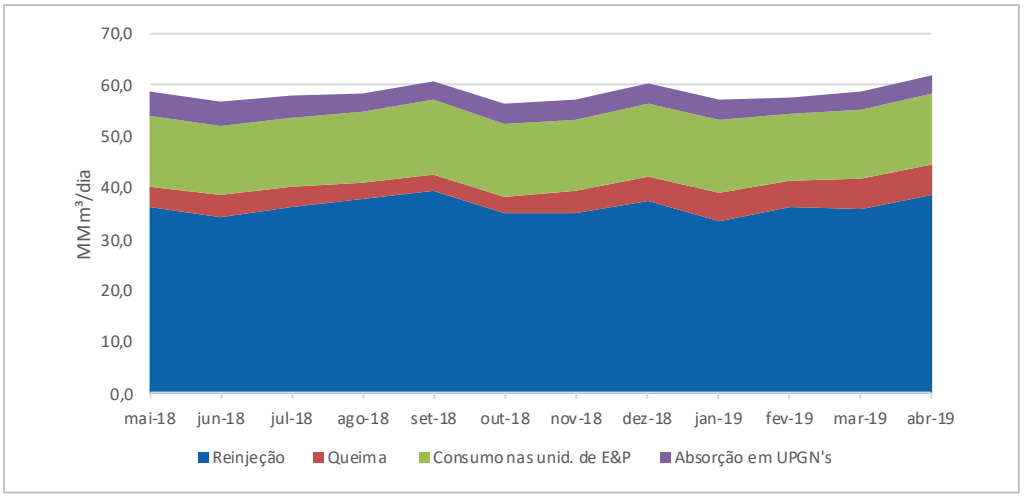
Apesar do aumento da produção nacional, a oferta ao mercado foi reduzida. A produção indisponível em abril/2019 foi de 62,0 MMm³/dia, 5,7% superior a março/2019 e 14,0% maior do que abril/2018. A reinjeção de gás natural, que foi a maior parcela da produção indisponível e está relacionada com a redução da oferta, apresentou acréscimo de 7,9% em relação a março/2019. De acordo com o MME, somente no Estado do Rio de Janeiro, a reinjeção aumentou de 20,2 para 24,0 MMm³/dia. Observou-se um aumento da queima de gás natural de 2,7% em comparação com o mês anterior (março/2019), e aumento de 76,6% em relação ao mesmo mês de abril de 2018. As maiores queimas ocorreram nos campos de Búzios, Lula e Roncador, com os maiores volumes vindo das plataformas Petrobras 76, Petrobras 77 e Petrobras 67, respectivamente.

Tabela 2.1: Produção e importação de Gás Natural (em MMm³/dia)

	abr-19	abr-19/mar-19	abr-19/abr-18	média-19	média-19/média-18
Produção Nacional Bruta	**112,9**	1,3%	3,8%	**447,8**	2,2%
Produção Indisponível	62,0	5,7%	14,0%	**235,5**	8,6%
Reinjeção	38,7	7,9%	18,4%	144,2	10,5%
Queima	6,0	2,7%	76,6%	22,7	36,7%
Consumo interno em E&P	13,5	1,6%	**-0,4%**	53,6	**-0,4%**
Absorção em UPGN's	3,8	4,1%	**-20,0%**	15,0	**-20,3%**
Oferta de gás nacional	**50,9**	**-3,6%**	**-6,3%**	212,3	**-4,9%**
Oferta nacional/Prod. Bruta	45%	**-4,8%**	**-9,8%**		
Importação	**22,3**	**-6,3%**	0,2%	**99,4**	**3,1%**
Gasoduto	12,4	**-5,2%**	**-37,9%**	67,8	**-28,5%**
GNL	9,8	**-7,6%**	340,8%	31,7	70,7%
Oferta de gás nacional + Importação	**73,2**	**-4,4%**	**-4,4%**	**311,7**	**-2,4%**

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do MME.

Gráfico 2.1: Produção indisponível de gás natural no Brasil (em MMm³/dia)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da ANP.

O volume de gás nacional ofertado ao mercado em abril/2019 foi de 50,9 MMm³/dia, 45% da produção nacional bruta, ficando 3,6% abaixo do mês de março/2019 e 6,3% abaixo do mesmo mês em 2018.

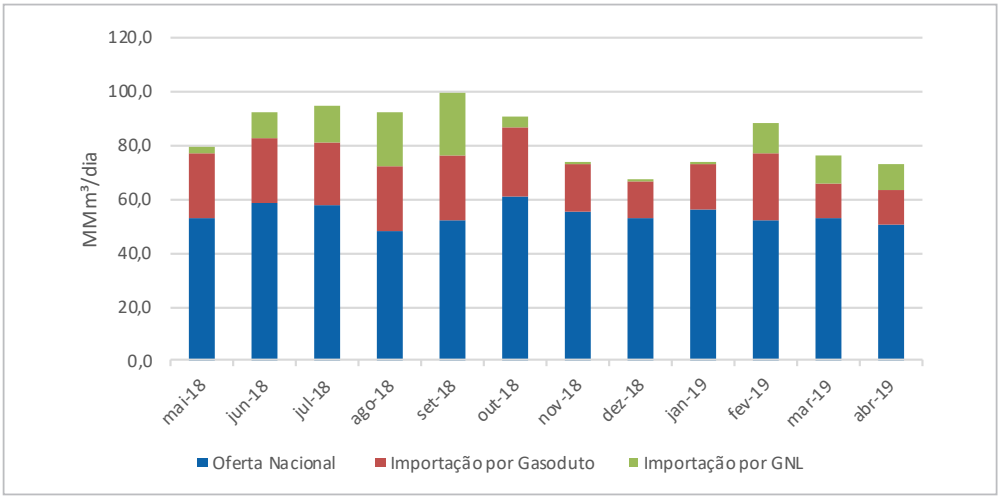
A queda da demanda no mês de abril de 2019 – que será visto na subseção a seguir, impactou diretamente na oferta de gás natural importado, sendo importados 22,3 MMm³/dia, 6,3% inferior a março/2019. O volume importado via gasoduto da Bolívia, 12,4 MMm³/dia, registrou decréscimo de 5,2% em relação ao mês anterior. Em relação a abril/2018 houve decréscimo de 37,9% da importação via gasoduto.

Seguindo a queda da demanda, a importação de gás via GNL obteve uma variação negativa em relação a março/2019, diminuindo 7,6%, porém obteve um expressivo aumento se comparado ao mesmo período de 2018, aumentando a sua participação no volume em 340,8%. É válido considerar a possibilidade de armazenamento de parte da carga de GNL no navio regaseificador, logo o volume importado não necessariamente corresponde ao volume ofertado. De acordo com o MME, tradicionalmente, o valor do GNL no mercado internacional supera o preço do gás natural importado da Bolívia, assim em um cenário de menor demanda do segmento termelétrico a

tendência era de redução inicialmente da importação via GNL e posteriormente de gás da Bolívia, porém nos meses de março e abril essa tendência não se verificou, possivelmente em função da redução do preço do GNL utilizado no país.

A oferta total de gás natural, somando produção nacional e importada, em abril de 2019, foi de 73,2 MMm³/dia, caindo um total de 4,4% em relação ao mês anterior. Vale destacar que no ano de 2019, 68% do volume total de gás natural ofertado ao mercado foi de origem nacional, e similarmente 68% do gás importado para o país foi de origem boliviana. No Gráfico 2.2 pode-se analisar o volume da oferta nacional junto ao volume importado (Bolívia e GNL) nos últimos 12 meses.

Gráfico 2.2: Oferta n Gráfico 2.2: Oferta nacional e importada de gás natural (em MMm³/dia)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do MME.

B) CONSUMO

A demanda de gás natural, em abril/2019, foi de 64,9 MMm³/dia, apresentando um decréscimo de 6,7% em relação ao mês anterior (março/2019). Essa queda foi impactada pela diminuição da demanda do segmento termoelétrico, indicado pela geração de energia elétrica (GEE) (Tabela 2.2).

A demanda industrial consumiu 36,1 MMm³/dia, com uma pequena variação negativa de 0,8% em relação a março/2019. Quanto à geração de energia elétrica (GEE), houve consumo de 17,8 MMm³/dia, representando um decréscimo de 17,5% de março/2019 para abril/2019, devido à queda do custo marginal de operação (CMO) médio que passou de 158 para 89 R$/MWh. As usinas com maior redução da geração foram a Termopernambuco (PE), Baixada Fluminense (RJ) e Leonel Brizola (RJ).

O setor automotivo caiu em 0,2% no consumo de gás natural em relação a março/2019, chegando a 6,1 MMm³/dia. Já a demanda residencial teve um acréscimo de 2,5% em relação ao mês anterior (março/2019) e comparando ao mesmo período do ano de 2018, houve um aumento de 12,0%. O consumo para cogeração diminuiu 17,5% em relação ao mês de março deste ano, consumindo 2,9 MMm³/dia. Os segmentos industrial, termelétrico e GNV correspondem por 93% do consumo de gás natural no país.

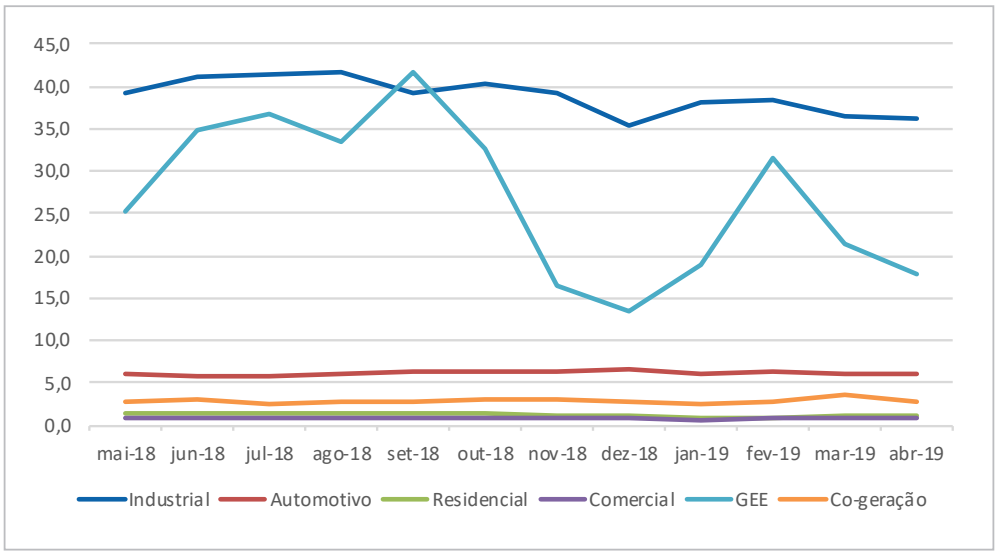
No Gráfico 2.3 pode-se analisar o consumo de gás natural no Brasil nos últimos 12 meses.

Tabela 2.2: Consumo de Gás Natural (em MMm³/dia)

	abr-19	abr-19/mar-19	abr-19/abr-18	média-19	média-19/média-18
Industrial	36,1	-0,8%	-9,1%	149,0	-5,7%
Automotivo	6,1	-0,2%	4,4%	24,8	7,7%
Residencial	1,2	2,5%	12,0%	4,1	-1,0%
Comercial	0,9	-4,3%	10,0%	3,5	11,5%
GEE	17,8	-17,5%	-14,2%	89,9	-6,4%
Cogeração	2,9	-17,5%	12,1%	11,6	2,9%
Total	64,9	-6,7%	-8,2%	283,0	-4,3%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do MME.

Gráfico 2.3: Consumo de gás natural no Brasil (em MMm³/dia)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do MME.

C) PREÇOS

O preço do gás *Henry Hub*, referência do mercado dos Estados Unidos, foi de 2,7 US$/MMBTU, apresentando uma desvalorização de 10,0% em relação a março/2019. Mesmo que este boletim trate dos dados de abril, vale destacar que o *Henry Hub* foi negociado a 2,40 US$/MMBTU em junho/2019.

Em relação ao gás nacional, o preço GNL internalizado no Brasil foi de 6,0 US$/MMBTU, mostrando uma queda de 20,8% em relação a março/2019. Já o gás boliviano obteve uma queda no preço comparado ao mês anterior (março/2019), caindo 1,2% e sendo precificado a 8,6 US$/MMBTU, porém 21,3% acima comparado ao mesmo período do ano de 2018. De acordo com o MME, a recente queda do preço do GNL no mercado internacional indica a possível competição com o gás natural importado da Bolívia.

Tabela 2.3: Preços Nacionais e Internacionais (em US$/MMBTU)

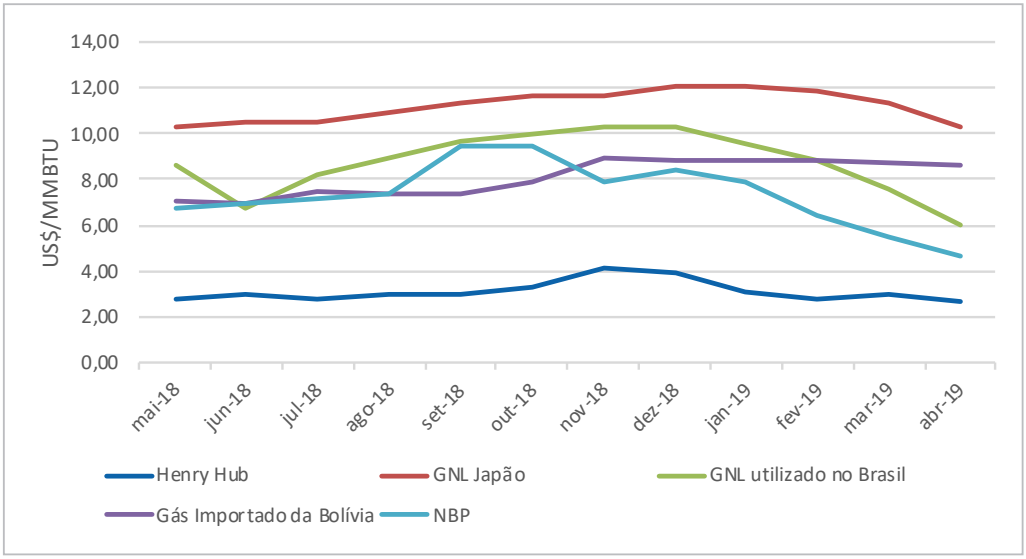
	abr-19	abr-19/mar-19	abr-19/abr-18
Henry Hub	2,7	-10,0%	-5,8%
GNL no Japão	10,3	-9,3%	1,9%
NBP [1]	4,7	-14,5%	-28,1%
GNL no Brasil [2]	6,0	-20,8%	-36,2%
Gasoduto Brasil-Bolívia [3]	8,6	-1,2%	21,3%
PPT[4]	4,2	-0,1%	-5,4%
City Gate	9,2	-1,8%	17,7%
Preço das Distribuidoras ao consumidor final (ref.: Brasil)			
GNV	21,8	-1,8%	62,9%
Indústria - 2.000 m³/dia[5]	18,0	-1,8%	3,8%
Indústria - 20.000 m³/dia[5]	15,7	-1,8%	3,2%
Indústria - 50.000 m³/dia[5]	15,4	-1,8%	5,2%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do MME e Banco Mundial. Deflatores: IPCA; CPI; CPI Japão; CPI Alemanha; CPI Rússia
[1] National Balancing Point (UK) [2] Preço FOB [3] Preço para as Distribuidoras (inclui transporte)
[4] não inclui impostos [5] Preço com tributos

A Tabela 2.3 mostra os preços do gás natural das distribuidoras ao consumidor final, apresentando a queda do preço do Gás Natural Veicular (GNV), que caiu 1,8% em relação ao mês anterior (março/2019), fechando em 21,8 US$/MMBTU e 62,9% acima do valor de abril/2018. Houve uma queda de 1,8% no preço do gás que é fornecido para as indústrias nas três faixas de consumo deste boletim, 2.000 m³/dia, 20.000 m³/dia e 50.000 m³/dia, no qual o valor foi de 18,0 US$/MMBTU, 15,7 US$/MMBTU e 15,4 US$/MMBTU, respectivamente.

No Gráfico 2.4 é possível analisar os valores comparativos dos últimos 12 meses, tanto do gás nacional quanto do importado.

Gráfico 2.4: Histórico comparativo de preço de gás natural (em US$/MMBTU)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do MME e Banco Mundial

D) CONSIDERAÇÕES SOBRE O NOVO MERCADO DE GÁS

Em uma ação para tentar baratear o preço do gás natural ao consumidor final, o governo lançou o Novo Mercado de Gás. O projeto, que é uma continuação do Gás para Crescer, conta com medidas para acabar com o monopólio da Petrobras no setor de gás, abrindo espaço para outros players, criando assim maior competitividade.

O programa é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e desenvolvido em parceria com o Ministério da Economia, ANP[1], Cade[2] e EPE[3]. O programa está ancorado em quatro pilares básicos: a promoção da concorrência, a integração do gás natural com os setores elétrico e industrial, a harmonização das regulações estaduais e federal e a remoção de barreiras tributárias. Com estes pilares, o programa deseja criar acesso às infraestruturas essenciais[4], aperfeiçoar o sistema de transporte e criar medidas de estimulo à competição, concluindo com a liberalização do mercado[5]. Algumas medidas foram criadas[6]:

- A Resolução nº 16/2019[7], do CNPE[8], que estabelece diretrizes e aperfeiçoamentos de políticas energéticas que visam à promoção da livre concorrência no mercado de gás natural;
- O TCC (Termo de Compromisso de Cessação) entre a Petrobras e o Cade, que obriga a estatal a vender sua participação nas empresas de distribuição e transporte de gás natural; negociar acesso a terceiros em suas infraestruturas essenciais; ceder capacidade contratada e ociosa nos gasodutos de transporte; e arrendamento do Terminal de Regaseificação no estado da Bahia. Vale constar que em troca, o Cade irá arquivar processos vigentes contra a Petrobras, por supostas práticas anticompetitivas no mercado de gás natural[9];
- Regulação elaborada pela ANP, permitindo a entrada e operação de múltiplos agentes nos diversos elos da cadeia de gás natural, com diretrizes como o *unbundling*[10] e a criação de leilões de venda de gás;
- Incentivos a melhorias na regulação estadual do serviço de gás canalizado, por meio de programas Federais como o Programa de Equilíbrio Fiscal (PEF) e o Programa de Fortalecimento das Finanças Estaduais (PFE), programas tais que buscam promover o equilíbrio fiscal e o fortalecimento dos estados;
- Proposição de temas ao Congresso Nacional para o aprimoramento legislativo do marco setorial; e
- Ajustes tributários, entre eles o SINIEF, visando alterar o ICMS[11].

1 Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.
2 Conselho Administrativo de Defesa Econômica.
3 Empresa de Pesquisa Energética.
4 Escoamento, processamento e terminais de GNL.
5 Ministério de Minas e Energia (MME).
6 Para maiores informações: http://www.mme.gov.br/documents/10584/0/Apresenta%C3%A7%C3%A3o+Power+Point+Novo+Mercado+de+G%C3%A1s+CNPE.pdf/ae5ad6d9-06be-40de-9e31-052edfa9e4c8?version=1.0
7 Para maiores informações: http://www.mme.gov.br/documents/10584/3342640/1.+Resolu%C3%A7%C3%A3o_CNPE_16_2019.pdf/c66fb3a3-6265-427f-a56a-f6730e6a80de
8 Conselho Nacional de Política Energética.
9 Para maiores informações: http://www.cade.gov.br/noticias/cade-e-petrobras-celebram-acordo-para-venda-de-ativos-no-mercado-de-gas-natural
10 Separação de serviços.
11 Para maiores informações: https://static.poder360.com.br/2019/07/nota-tecnica-conjunta-rumo-novo-mercado-gas.pdf

Para além da abertura do mercado, o programa coaduna com a estratégia da Petrobras de desinvestimentos de áreas e competências que trazem menor rentabilidade, para incrementar seu caixa e focar no setor de *upstream*. No gás natural, a estratégia anunciada pelo presidente Roberto Castello Branco é sair de maneira integral do transporte e da distribuição. A venda de ações da BR Distribuidora, do gasoduto Brasil-Bolívia, de 10% da NTS e da TAG fazem parte desse pacote, além da venda das refinarias, porém continuando a fazer parte do setor, mas não de forma dominante.

E) INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O SETOR

- A YPFB (Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos) empresa estatal de petróleo da Bolívia, planeja licitar uma participação na TBG (Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A.), acionista em 51% no gasoduto Gasbol. Por conta do Termo de Compromisso de Cessação (TCC) entre o Cade e a Petrobras, a companhia estatal brasileira necessita vender uma série de ativos, incluindo a TBG, como uma medida de abertura de mercado e atração de investimentos[12]. Porém o diretor geral da ANP, Décio Oddone, se manifestou dizendo que a compra não poderá ser realizada, pois pela nova política de gás, o produtor não poderá ser também o transportador, evitando assim conflito de interesses[13].
- Ainda sobre a petrolífera boliviana, a YPFB fechou um acordo para fornecer gás para à futura unidade no Brasil da empresa de fertilizantes russa Acron. A estatal boliviana irá vender 2,2 milhões de m^3/dia de gás natural, começando em 2023. O acordo é válido por 20 anos. As empresas russa e boliviana, Gazprom e YPFB, respectivamente, selaram também um contrato para exploração de um reservatório de gás natural na área de Vitiacua, na Bolívia. O reservatório tem reservas estimadas em 2,13 trilhões de pés cúbicos (60 bilhões de m^3)[14].
- No mês de agosto, será relançado o Programa de Revitalização das Atividades de Exploração de Petróleo e Gás Natural em Áreas Terrestres (Reate 2020), que pretende, entre as suas estratégias, elaborar subsídios técnicos para fomentar a exploração e produção de gás natural onshore, incluindo *tight gas* e *shale gas*. O programa será lançado pelo MME e contará com um comitê para discussão com representantes da indústria, Cade, ANP, entre outros[15].
- Vale ressaltar que o Governador do Paraná, Ratinho Júnior (PSD), sancionou uma lei que proíbe definitivamente para o estado do Paraná a produção de gás natural não convencional por meio de fraturamento hidráulico. A Bacia do Paraná possui potencial ainda não explorado para produção de *shale gas*[16]. A ANP irá entrar na justiça contra tal lei, argumentando que a legislação estadual invade a competência da União para o tema[17].

12 Para maiores informações: https://www.opetroleo.com.br/bolivia-pretende-comprar-a-participacao-da-petrobras-no-gasoduto-para-o-brasil/
13 Para maiores informações: http://www.gasnet.com.br/conteudo/20639/Diretor-da-ANP-se-manifesta-sobre-interesse-da-Bolivia-em-comprar-gasoduto-da-Petrobras
14 Para maiores informações: https://br.reuters.com/article/businessNews/idBRKCN1U630O-OBRBS
15 Para maiores informações: https://epbr.com.br/producao-de-shale-gas-na-nova-agenda-do-governo-para-a-industria-onshore/
16 Para maiores informações: https://epbr.com.br/governador-do-parana-sanciona-lei-que-proibe-fraturamento-hidraulico-no-estado/
17 Para maiores informações: https://epbr.com.br/anp-vai-a-justica-contra-lei-sancionada-por-ratinho-junior/

- A Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 10.985, que estabelece novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica. O PL retira recursos do fundo social do pré-sal para a construção de gasodutos por empresas privadas, criando o Fundo de Expansão dos Gasodutos de Transporte e de Escoamento da Produção, o Brasduto. A PL agora espera apreciação pelo Senado Federal[18].

[18] Para maiores informações: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2186621